Parágrafo único. O Centro de Conciliação e Mediação poderá convidar servidores dos órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta que possuam conhecimento técnico sobre a matéria abrangida pelo conflito, a fim de que compareçam às sessões de autocomposição e prestem esclarecimentos.

Art. 15. Em razão da natureza e da complexidade do conflito, Procuradores do Estado mediadores e conciliadores poderão atuar em conjunto no mesmo procedimento.

Art. 16. A autocomposição, ainda que parcial ou provisória, será reduzida a termo, que conterá:

I – o nome dos interessados, de seus representantes legais, dos advogados, se constituídos, do Procurador do Estado conciliador ou mediador e dos demais participantes;

II – o sumário da pretensão;

III – o objeto do acordo e a sua fundamentação;

IV – a data e o lugar da autocomposição;

V – outros dados relevantes;

VI – a assinatura dos presentes.

Art. 17. A eficácia da autocomposição dependerá de homologação do Procurador-Geral do Estado ou a quem este delegar.

Parágrafo único. A homologação da autocomposição fará coisa julgada administrativa, implicará renúncia a todo e qualquer direito objeto da controvérsia e constituirá título executivo extrajudicial.

Art. 18. Não havendo autocomposição, o procedimento será arquivado.

Seção II

DA NEGOCIAÇÃO

Art. 19. O Centro de Conciliação e Mediação utilizará o método da negociação nos conflitos que envolvam, de um lado, a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, inclusive suas fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista e, de outro, cidadãos, entes privados, Defensoria Pública ou Ministério Público.

§ 1º A negociação não envolve a figura do terceiro facilitador.

Art. 20. A negociação será realizada no âmbito do Centro de Conciliação e Mediação com a participação da Coordenação do órgão de execução ou do Procurador do Estado responsável pelo núcleo de competência onde se verificar o conflito.

Art. 21. Identificando conflito passível de negociação, o Procurador do Estado encaminhará manifestação fundamentada e devidamente instruída para análise do Centro de Conciliação e Mediação e eventual autorização do Procurador-Geral do Estado, ou a quem este delegar.

Art. 22. O procedimento de negociação submete-se ao disposto no artigo 3º e, nas hipóteses de conflitos extrajudiciais, aos artigos 23 e seguintes desta Resolução.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. Homologada a autocomposição, os valores dela decorrentes serão apurados pela Procuradoria-Geral do Estado e formalizados em laudo contábil.

§ 1º Sendo devedores órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, inclusive suas fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, receberão uma via do Termo de Autocomposição, acompanhada dos cálculos e da forma de pagamento ajustada para adimplemento, que implicará quitação.

§ 2º Sendo credores órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, inclusive suas fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, receberão uma via do Termo de Autocomposição, acompanhada dos cálculos e da forma de pagamento ajustada, para a devida apropriação, na forma da lei.

Art. 24. As autocomposições que não importem obrigação pecuniária deverão estabelecer os prazos para seu cumprimento.

Art. 25. O Termo de Autocomposição, independentemente da natureza da obrigação, deverá ser enviado ao órgão ou entidade da administração pública para:

I – registro, visando, especialmente, a impedir o pagamento dúplice; e

II – adoção de providências necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas, quando for o caso.

Art. 26. A Procuradoria-Geral do Estado consolidará as informações sobre os termos de autocomposição, exitosos ou não, para fins de controle e pesquisa, observando o artigo 10 da Lei 14.794/2015.

Art. 27. Os prazos serão contados em dias úteis.

Art. 28. Aplicam-se subsidiariamente a Lei nº 13.105/2015, a Lei nº 13.140/2015 e a Lei Estadual nº 14.794/2015.

Art. 29. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Euzébio Fernando Ruschel,
Procurador-Geral do Estado.

Registre-se e publique-se.

Marcelo dos Santos Frizzo,
Diretor do Departamento de Administração.

BOLETINS

BOLETIM Nº 179/2016

Foram registrados neste Departamento, para os devidos e correspondentes efeitos, os seguintes atos do Senhor Procurador-Geral do Estado:

PORTARIA Nº 654, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, DISPENSA ELISA BERTON EIDT, Procuradora do Estado, Classe Intermediária, identificação funcional nº 3500101/1, da função de Agente Setorial do Sistema de Advocacia de Estado junto ao Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul - IPERGS, cessando a percepção da gratificação de Agente Setorial – GAS, prevista no artigo 7º da Lei nº 13.116/08.

PORTARIA Nº 655, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, de conformidade com o disposto no artigo 64 da Lei Complementar nº 11.742/02, REMOVE, a pedido, JOANESSA TASCA DEUD JOSÉ, Procuradora do Estado, Classe Intermediária, identificação funcional nº 3247864/1, da 5ª Procuradoria Regional, com sede em Santa Maria, para a 9ª Procuradoria Regional, com sede em Lajeado (PROA nº 16/1000-0002943-6).

PORTARIA Nº 656, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, de conformidade com o disposto no artigo 64 da Lei Complementar nº 11.742/02, REMOVE, a pedido, TANUS SALIM, Procurador do Estado, Classe Intermediária, identificação funcional nº 3249336/1, da 12ª Procuradoria Regional, com sede em Ijuí, para a 15ª Procuradoria Regional, com sede em Osório (PROA nº 16/1000-0002943-6).

PORTARIA Nº 657, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, de conformidade com o disposto no artigo 64 da Lei Complementar nº 11.742/02, REMOVE, a pedido, CRISTINA BARCELOS, Procuradora do Estado, Classe Intermediária, identificação funcional nº 3249760/1, da 19ª Procuradoria Regional, com sede em Frederico Westphalen, para a 8ª Procuradoria Regional, com sede em Novo Hamburgo. O deslocamento dependerá de prévia autorização do Coordenador da Procuradoria do Interior (PROA nº 16/1000-0002943-6).

PORTARIA Nº 658, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, de conformidade com o disposto no artigo 64 da Lei Complementar nº 11.742/02, REMOVE, a pedido, ANDREIA ÜBER ESPINOSA DRZEWINSKI, Procuradora do Estado, Classe Intermediária, identificação funcional nº 2857537/3, da 12ª Procuradoria Regional, com sede em Ijuí, para a 8ª Procuradoria Regional, com sede em Novo Hamburgo (PROA nº 16/1000-0002943-6).

SUMÁRIO

Secretaria da Casa Civil	1
Procuradoria-Geral do Estado	2 e 5
Defensoria Pública do Estado	5
Fundação Piratini	5
Secretaria da Fazenda	5
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	6
Companhia de Processamento de Dados do RGS	7
Secretaria da Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos	7
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC.....	16
Departamento Estadual de Trânsito do RS	17
Corag - Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas	18
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul.....	18
Secretaria da Educação	19
Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha	26
Secretaria da Segurança Pública	27
Brigada Militar	27
Instituto Geral de Perícias	28
Superintendência dos Serviços Penitenciários.....	28
Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados - AGERGS.....	28
Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional- METROPLAN	29
Secretaria da Saúde	29
Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação.....	30
Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN	30
Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social	31

Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS.....	31
Fundação de Proteção Especial do RS	31
Companhia Estadual de Geração e Transm.de Energia Elétrica - CEEE GT	32
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	32
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul	32
Secretaria dos Transportes.....	32
Superintendência de Portos e Hidrovias - SPH	32
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	33
Empresa Gaúcha de Rodovias - EGR	33
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação	33
Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO	33
Instituto Rio Grandense do Arroz - IRGA.....	33
Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos.....	34
Fundação de Atendimento Socioeducativo	34
Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo	34
Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul - CEASA.....	35
Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia	35
Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento	35
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	36
Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul	36
Repartições Municipais	44
Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul - TCE	46
Diversos	46
Caderno Indústria e Comércio	47